
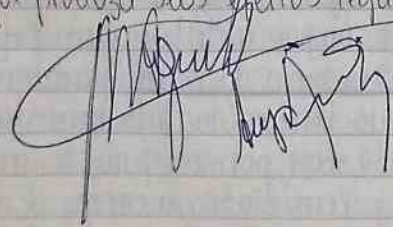



com alguns segmentos da Comunidade, alguns procuraram dissuadi-lo, com o argumento de que o Senhor Prefeito era o responsável pela maior parte dos barulhos em Cabo Frio, e assim não iria adiantar apresentar projetos quanto ao assunto. Enfatizou que de nada valeria uma Lei que impedisse o palhaço Phylipa de ficar com seu som perturbando na praia, ou a Casa de som com música em alto nível, na medida em que o projeto estava com fios elétricos ligados a dinheiro público em horas e locais impróprios. Disse que diante de tal realidade acabara por desistir do projeto de Lei, mas, para sua surpresa, acabara sendo apresentado, com uma série de "alto falantes" um em cada poste elevando o som de uma rádio, própria para qualquer lugar do mundo, menos para Cabo Frio. Disse desconhecer de quem era a tal rádio, quais as pessoas envolvidas, mas, com certeza tinha a autorização do Senhor Prefeito, o que considerava descabido para uma cidade de importância de Cabo Frio. Disse que estava instalado em Cabo Frio uma verdadeira balbúrcia de sons, pelo que clama no seu protesto e apelo para que junto ao prefeito fosse anulada tal autorização para sonorização de postes, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida submetida à apreciação Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

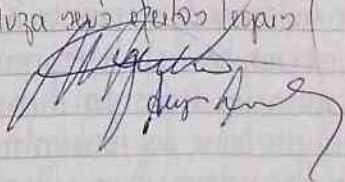


Ata da décima terceira sessão de
diária do Segundo Conselho Municipal de
Cabo Frio, realizada no dia de
hoje de setembro do ano em curso

As duas horas do dia dezito de setem-
 bro do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a presidência do
 Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto e com a participação da
 Primeira Secretaria pelo Vereador Braz Benedito Arcanjo Filho, reu-
 niu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além
 desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereado-
 res: Aires Bezerra de Encarnação, Antônio Carlos de Carvalho Lynda
 de, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Bran-
 ger, Jânio dos Santos Mendes, Joaquim Schwindt, Maria Aurélio
 da Rosa Ramos Rêcnica, Milton Roberto Pereira da Silva e João Roberto
 do Carmo. Durante número regimental, o Senhor Presidente de-
 clarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi li-
 da e aprovada a seguinte Ata: Ata do Vinte e Segunda Sessão
 Ordinária do Segundo Período Legislativo A seguir, o Senhor Presi-
 dente após o cumprimento do rito regimental entregou ao Senhor
 Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do resu-
 mo: Rf. PAREM - Rf. nº 1206/97. Conselho Reg. de Enfermagem - Rf. as-
 sunto: Encaminha a esta Casa, documentação solicitada através
 do requerimento nº 095/97 de autoria do Vereador Braz Benedito
 Arcanjo Filho, Ofício nº 099/97 - 1526506, assunto: Encaminha o
 Balanço referente ao mês de agosto/97, Projeto de Resolução
nº 009/97 de autoria do Vereador Guir Silva da Rocha, assunto:
 Confere Título de Cidadão Cabocrense ao Senhor Sidnei Ferreira
 da Silva, requerimento nº 109/97 de autoria do Vereador Gustavo
 Antônio Guimarães Branger, assunto: Convida o presidente do
 "Cabo Frio Condenhon And Visitors Bureau" ou seu represen-
 tante legal, a comparecer a esta Casa Legislativa para prestar
 esclarecimentos sobre os objetivos e funcionamento da entidade,
requerimento nº 112/97 de autoria do Vereador Gustavo Antônio Gu-
 imarães Branger, assunto: Convida o Sr. Geraldo Mendonça Júnior,
 Chefe do Centro Operativo do PERS em Cabo Frio, a comparecer a
 esta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos sobre os con-
 tantes partes de Energia Elétrica no Município, quais os imos


amentos que a Empresa tem feito para melhoria dos serviços,
Requerimento nº 114/97 de autoria do Vereador Rui Bachado de
Faria, assunto: Solução ao Sr. Sr. Francisco José Gavinho Ge-
raldo, HD Diretor da Gub. Viação Solinera, extensão de linha
de Ônibus São Cristóvão/Foguete, Indicação nº 117/97 de autoria
do Vereador Rui Bachado de Faria, assunto: Solução ao Sr. Sr.
Sr. Prefeito Municipal a construção de Escola que atenda o pri-
meiro segmento (1º a 4º séries) no Bairro Foguete. Terminada
a leitura do Expediente, e não havendo Oidores inscritos para o
uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para
o segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apre-
ciados as seguintes matérias: Foi encaminhado para a Comissão
de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução nº 009/97. A seguir,
foram aprovados os requerimentos nºs 109/97, 112/97 e 114/97 e
provada a Indicação nº 117/97. Não havendo mais matérias pa-
ra serem apreciadas neste segmento, o Senhor Presidente tran-
sferiu a tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a tribuna em
Explicação Pessoal, o Vereador Jânio dos Santos Mendes comuni-
cando de início que após inúmeras tentativas e apelos, para que
a Lei fosse cumprida e o símbolo do Município fosse utilizado
na identificação dos buses municipais e municipais do Município, e,
da mesma forma na publicidade dos atos e informações do Go-
verno, ante a insensibilidade do Governo, fora obrigado a impe-
tar ação popular em tal sentido. Prossequindo, disse que o Poder
Judiciário havia concedido liminar determinando a retirada
imediata do novo símbolo de campanha do prefeito, da publi-
cidade da Administração que estava sendo veiculada pela TV
Liberal. Após, o Vereador Jânio dos Santos Mendes procedeu
a leitura da sentença concedendo a liminar almejada, e do mes-
mo forma dos seus argumentos narrados na inicial, e, agra-
decendo, encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Ex-
plicação Pessoal, o Vereador Waldir Bauvino de Aguiar Neto, abor-
dando inicialmente o questionário da priorização do PDEAC, nos bote-

mas 1 e 2 da decisão dos Jargos, considerando um problema tão sério quanto a privatização da EEA, pois ninguém sabia o que estava para acontecer. Observou que segundo informações algumas reuniões já tinham assinado protocolo de intenções, em mandatos anteriores aos atuais, para que fosse desenhada a possibilidade de privatização da EEA. Adiante, disse que nenhum deputado da decisão havia aprovado ou autorizando concessões com relação a água. Destacou também que a concessão para a EEA, com relação aos Municípios do Rio de Janeiro havia expirado em 1996, e assim, a Empresa operava irregularmente. Entendeu que as privatizações eram motivo de seus questionamentos, pois era injusto que a classe política, a nível de Município fosse cobrada em providências quanto a água e energia elétrica. frisou que o problema era muito sério, mas, que de forma alguma a classe política seria barreira para o progresso, mas, não se podia aceitar facilmente que fossem impostos regras e práticas em questão tão grave como o fornecimento de água, e de toda forma cairia sobre os políticos locais a cobrança do povo. Continuando disse, que tinha ambições na vida política, que desejava existir, e, mesmo que o Legislativo cabotense não lhe desse o devido respeito, recorreria isoladamente a justiça com relação a questão da água, no que enterrou sua fala. Não fazendo mais aludimentos para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, rubricada e aprovada renuncia, aprovada, lida e assinada para que produza seus efeitos legais.



Assinado em nome do Senhor Presidente do Senado Municipal de Cabo Frio, no dia vinte e três de setembro do ano em curso.